

# Editorial

*Neide Cavalcante Guedes*

A Revista Linguagens, Educação e Sociedade, periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação-CCE/UFPI, que tem como missão difundir a produção científica e interagir com a comunidade acadêmica, como possibilidade de contribuir com a constituição de redes de pesquisa, oferece a sua edição nº 38, que reúne artigos com uma diversidade de temas mas que convergem para as questões voltadas para o campo da educação.

A presente edição conta com 15 artigos que são frutos de estudos e pesquisas que aprofundam discussões em torno das seguintes temáticas: **Docência; Formação; Saberes; Gestão, Ensino e Políticas Educacionais.**

O artigo “**A docência no ensino médio: uma reflexão sobre os paradigmas inovadores**” as autoras Flávia Leal King Baleche, Líliam Maria Born Martinelli, Marilda Aparecida Behrens trazem reflexões sobre a prática pedagógica, desenvolvida junto ao grupo de pesquisa PEFOP – Paradigmas Educacionais e Formação de Professores, de um Programa de Doutorado em Educação, tendo como foco as abordagens do paradigma conservador e investigação acerca dos chamados paradigmas inovadores. As autoras concluem enfatizando que o estudo contribuiu com as discussões sobre a qualificação do profissional da educação situando a carreira docente e sua formação, a partir de uma perspectiva teórica que se assenta nos pressupostos do paradigma inovador.

“**Necessidades formativas e formação continuada: um estudo a partir do cotidiano da escola**” de Júlia da Silva Rigo e Heloisa Raimunda Hernecktem como foco os estudos sobre a formação e as práticas dos professores do ensino fundamental diante as questões do cotidiano escolar. O estudo foi desenvolvido em duas etapas: a primeira contou com a aplicação de um questionário, com o objetivo de identificar o perfil dos docentes e sobre as dificuldades de ensino e de aprendizagem; na segunda etapa foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os professores, com a finalidade de aproximar de seu cotidiano e de aprofundar as temáticas do questionário. As autoras chamam a atenção para a necessidade de se pensar uma política de formação continuada que se proponha a contribuir com/para o trabalho do professor deve levar em conta os saberes/fazeres docentes com um projeto de desenvolvimento que esteja inserido em um contexto mais amplo de desenvolvimento organizacional e curricular, considerando que tratar a formação de professores a partir de

investigações e reflexões do cotidiano é reconhecê-los como sujeitos de conhecimentos que ao longo de sua trajetória tecem redes em múltiplos contextos.

No artigo intitulado “**Reflexões sobre a formação de leitores em EJA: saberes necessários para a prática docente**” Rosely de Oliveira Macário e Luiz Antônio Gomes Senna fazem uma reflexão sobre a ação docente em turmas de séries iniciais de Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos, no que diz respeito ao campo da formação de leitores, chamando a atenção para a necessidade da aproximação entre o conteúdo da formação docente e o aluno real existente na sala de aula, caracterizado pela diversidade, o qual ocorre à escola tendo como motivação o desejo de desenvolver as competências leitoras exigidas pela sociedade contemporânea.

Marina de Oliveira Delmondes e Tamili Mardegan da Silva em “**Os “campos de experiências” na Base Nacional Comum Curricular: do positivismo às invenções cotidianas**” analisam o conceito de experiência da terceira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), contido no item “Campos de experiências”, na etapa da educação infantil. É um estudo que contribui para se explorar o currículo como experiências inventivas cotidianas, que acontecem entre regulações e escapes dos documentos oficiais prescritivos e, portanto, norteadores. As autoras concluem reafirmando que ao compreender o cotidiano como o que acontece no dia a dia, a intenção é deixar florescer os deslizos, escapes, burlas, as transgressões e invenções docentes e discentes que tecem uma experiência na educação infantil que irrompe com os limites fronteiraços do conhecimento, não o considerando apenas como aquele que está nos documentos prescritivos, mas se deixando metamorfosear em outros currículos possíveis.

No artigo “**O Programa Mais Educação (PME) no município de Belterra/PA: percepção da equipe gestora**” as autoras Lilia Travassos Sousa e Maria Lilia Imbiriba Sousa Colares analisam a implementação do Programa Mais Educação (PME) na perspectiva da equipe gestora de uma escola municipal de Belterra/PA. Chamam a atenção para o fato de que a Educação Integral apresenta-se como uma alternativa para uma educação diferenciada, favorecendo o processo de ensino-aprendizagem, haja vista que é um direito constitucional, com amparo legal no artigo 205 da Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB nº 9.394/96 em seu artigo 2º, que responsabilizam o Estado e a família na promoção do pleno desenvolvimento do aluno, em sua preparação para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. As autoras concluem reafirmando que a construção da educação integral não depende somente da escola e de programas como o PME,

mas necessita efetivamente da colaboração de todos para a reconfiguração do papel escolar associando-o a sua comunidade por meio de práticas integradoras, que dialoguem com os outros tempos de formação humana.

No artigo **“A contrarreforma do ensino médio: retrocessos e intencionalidades”**, Maria José Pires Barros Cardozo e Francisca das Chagas Silva Lima apresentam algumas reflexões acerca da atual reforma do ensino médio no Brasil, chamando a atenção para o fato de que o estudo da atual contrarreforma do ensino médio remete-se às três funções clássicas atribuídas a esta última etapa da educação básica: propedêutica (aprendizagem prévia de uma matéria ou disciplina), profissionalizante (habilidades para o exercício de atividades produtivas) e formativa (desenvolvimento intelectual, afetivo, físico, moral e social). As autoras concluem afirmando que a contrarreforma do ensino médio irá reforçar a fragmentação e a dualidade que marcam historicamente essa etapa de ensino, conforme explicita Saviani (1989, p. 13) “a fragmentação existente no processo educacional é a própria expressão da apropriação desigual da produção material existente” e reforçando a compreensão de que essa contrarreforma não tem nada de novo, uma vez que a sua implementação irá aprofundar a divisão entre os alunos que terão um ensino médio propedêutico e aqueles que frequentarão cursos técnicos de baixa qualidade, ou que optarão por itinerários formativos impostos pelo sistema ou escolas, tal como ocorreu com a reforma realizada em 1971 com a Lei 5.692.

Em **“Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) em Mato Grosso do Sul (2011-2015)”** os autores Valdivina Alves Ferreira, Celeida Maria Costa de Souza e Silva e Arão Davi Oliveira apresentam os resultados da política do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) em Mato Grosso do Sul, focalizando a sua relação com o ingresso e permanência de alunos matriculados na modalidade da educação profissional e no ensino médio integrado no período de 2011 a 2015. O PRONATEC é um programa de financiamento da educação profissional lançado em 2011, no governo Dilma Rousseff (2011- 2014), sob a Lei nº12.513/2011 com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país.

O Artigo **“A transição de estudante a professor universitário”**, de autoria de Nadiane Feldkercher investigou o processo de transição de estudante a professor universitário, dentro da perspectiva da iniciação à docência, enfatizando a sequência formativa desses docentes, as sensações do trânsito entre a condição de estudante e a de professor e alguns desafios da

iniciação à docência. Chama a atenção, ainda, para o fato de que as experiências iniciais de ensino desses professores foram marcadas pelo medo, nervosismo e ansiedade provindos de distintas ordens: da insegurança ante seu novo papel, do acolhimento por parte dos alunos, da nova vida (cidade, instituição, amigos, colegas), das novas responsabilidades profissionais e conclui afirmando entender que esse processo de transição exige aprendizagens, superação de tensões, enfrentamento das inseguranças e equilíbrio pessoal e profissional por parte do iniciante na carreira docente.

Joelma Boaventura da Silva e José Marcelo Matos de Almeida Filho no artigo “**A abordagem do Direito alternativo no ensino jurídico: uma possibilidade de superação do currículo baseado no paradigma do positivismo normativista**” propõem verificou se o ensino do Direito Alternativo pode ser uma possibilidade para o rompimento com o modelo de currículo baseado no paradigma do Positivismo Normativista, que, atualmente, predomina no ensino jurídico a partir a caracterização do Direito Alternativo, passando pela discussão sobre o esgotamento do modelo de currículo predominante nos cursos de graduação em Direito na atualidade. Os autores finalizam o texto afirmando ser importante considerar que a abordagem do Direito Alternativo no ensino jurídico pode ser um importante instrumento para a formação crítica e humanitária dos profissionais do Direito, pois é necessário oferecer a estes últimos o conhecimento de correntes do pensamento opostas ao Positivismo Normativista dominante, que apresenta claros sinais de esgotamento e insuficiência enquanto modelo fundamentador da ciência do Direito e que é possível vislumbrar nesta abordagem um instrumento na busca pela concretização de um ensino jurídico que oportunize a formação de profissionais com maior autonomia intelectual e mais afinados com as exigências sociais.

No artigo “**Ciência e fé: uma abordagem multicultural nas aulas e física**” os autores Francimar Martins Teixeira e Micaías Andrade Rodrigues apresentam o relato de uma prática pedagógica envolvendo licenciandos em Física, na qual houve a oportunidade de se identificar as formas distintas que ciência e religião têm de obter e justificar conhecimentos. Os autores criaram um contexto onde o episódio bíblico da queda da muralha de Jericó foi colocado em análise, à luz de conhecimentos científicos, questionando-se acerca da possibilidade de tal evento ter acontecido devido aos fatores apontados na Bíblia. Para os autores os resultados demonstram que os licenciandos souberam transpor os conhecimentos adquiridos e utilizá-los em outros contextos, isto é: utilizar os conhecimentos escolares adquiridos na área de física para explicar algo real, superando a visão mecânica e acrítica a qual normalmente estão vinculados e concluem afirmando que o aspecto positivo da prática pedagógica foi a vivência

da natureza de produção dos conhecimentos científicos sem colocar a ciência como um modo superior em relação ao conhecimento religioso. Os escritos de Tânia Maria Rodrigues Lopes, Lia Machado Fiuza Fialho e Charliton José dos Santos Machado sob o título “**Mulheres educadoras do Cariri cearense no fomento à inclusão (1970-1990)**” trazem como objetivo compreender como se efetivou a participação das educadoras – Maria Zuíla e Silva Moraes; Minerva Diaz de Sá Barreto – na criação dos diversos estabelecimentos para assistir e educar deficientes na região do Cariri. Os autores chamam a atenção para o fato de que pesquisar sobre a História da Educação não se constitui uma tarefa simples por demandar conhecimentos amplos e interdisciplinares, em especial acerca da Educação e da História, na interface com aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais, dentre outros. No que concerne a história da educação do Cariri cearense esse campo ainda carece de investigações, em especial, no tocante as histórias de mulheres educadoras que desenvolveram experiências de inclusão de deficientes. Os autores concluem reafirmando que toda pesquisa empreendida tem pontos nevrálgicos e prazerosos. Embebidas desse duplo sentimento, foram tecidas as relações profissionais e pessoais envolvendo biografadas protagonistas do estudo. Um saldo de aprendizado, esperança e ajuda ao próximo marcam, definitivamente, as memórias reconstituídas. Para as autoras, há muito ainda a ser explorado e divulgado sobre Minerva e Zuíla, no que diz respeito às trajetórias de amor ao próximo e de oportunidades de inclusão aos esquecidos por suas deficiências e não se esgotam, pois, as histórias dessas duas mulheres, em especial, sobre o trabalho desenvolvido, mas as experiências desveladas possibilitam outras investigações sobre as biografadas ou acerca da história de mulheres educadoras no Cariri cearense.

O artigo intitulado “**Educação Física escolar, a prática de esportes de aventura e a noção de risco calculado**” os autores Marcelo Paraíso Alves, Maria da Conceição Vinciprova Fonseca e Cassio Martins discutem as práticas pedagógicas de Esporte de Aventura implementadas no cotidiano do Instituto Federal do Rio de Janeiro, IFRJ, tendo como foco as normas de segurança e as possibilidades de sensibilização para uma prática corporal realizada a partir das noções do risco calculado. Os autores chamam a atenção no sentido de perceber que os praticantes de Esporte de Aventura aumentam qualitativamente, configurando as chamadas tribos sociais, contribuindo para ressignificação da cultura corporal de movimento e os conteúdos da Educação Física Escolar, e de como a noção de risco se transforma ao longo da história da humanidade, permitindo a reconfiguração do que denominamos risco calculado, o risco controlado a partir das normas e procedimentos.

Em “**O xadrez: entre o jogo, os castelos e a vida real**”, Ana Paula Nunes Stoll, Adriana Pineda Robayo e Vera Lucia Felicetti analisam as implicações do trabalho por projetos de aula no desenvolvimento social e cognitivo das crianças que, na interação significativa com seus pares e com o professor, são capazes de interpretar a realidade, construindo conhecimento e atribuindo significado às suas vivências. Apresenta as experiências interativas, simbólicas e cognitivas vivenciadas pelas crianças no contexto do projeto “*O xadrez: entre o jogo, os castelos e a vida real*” e evidencia sua importância como elemento dinamizador das propostas didáticas dos professores da Educação Infantil.

Chryсна Gabriella Pereira Morais e Edinaldo Medeiros Carmo trazem no artigo “**A produção do saber docente na gestão da classe: narrativas de professores na formação inicial**” a discussão sobre a produção de saberes docentes por licenciandos de Biologia participantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) objetivando compreender as implicações dessa participação na produção de saberes profissionais. Destacam que no debate sobre a formação de professores, aparecem frequentemente argumentos que defendem a existência de um modelo curricular que prioriza o domínio dos conhecimentos específicos da área de atuação do professor, secundarizando as questões didático-pedagógicas. Para os autores discutir os saberes dos professores é lidar com uma proliferação de tipologias que, de certa forma, dificultam a compreensão da noção do “saber”. A análise permitiu considerar também que a escola constitui um espaço privilegiado de produção de saberes docentes. Dentre os diversos aspectos revelados, foi possível notar a percepção dos bolsistas de que a complexidade do ensino demanda a necessidade da apropriação de elementos da cultura escolar, e, nesse sentido, mais do que local de aplicação de saberes científicos, a sala de aula é para o professor *lócus* de revisitação de vários saberes, por eles reelaborados e produzidos continuamente.

Fechando esta edição, no artigo “**Saberes docentes mobilizados por dois professores que passaram por um programa de iniciação à docência**”, Fernanda Lahtermaher Oliveira e Giseli Barreto da Cruz apresentam os resultados de pesquisa sobre as contribuições do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), subprojeto Pedagogia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na atuação de dois professores da Educação Básica e analisam os saberes docentes mobilizados pelos investigados no seu cotidiano escolar, compreendendo quais estratégias de ensino-aprendizagem se baseiam para ensinar e relacionando-as com suas concepções de ensino. O estudo revelou que a participação no programa proporcionou uma maior segurança em sala de aula; autonomia para buscar novos

conhecimentos; estratégias de ensino-aprendizagem desenvolvidas em parceria com os alunos; pensamento crítico sobre as concepções de ensino e, deste modo, os depoimentos ratificam uma racionalidade, demonstrando que esses professores sabem as razões de suas práticas pedagógicas. Para as autoras a pesquisa contribuiu no sentido de compreender como o PIBID auxiliou a mobilização de saberes por esses dois professores, a sua concepção crítica e humanizada sobre a educação, como apoiam-se nos conhecimentos adquiridos na universidade para ensinar, mas, além disso, demonstra como o programa vem se configurando como um aliado potente na formação de professores.

Desejamos que este número da *Revista Linguagens, Educação e Sociedade*, estimule os debates concernentes ao campo da Educação, propiciando reflexões múltiplas, pois certamente os artigos que o compõem trarão possibilidades infinitas para que o leitor se utilize como melhor lhe prouver.